

EXPEDIENTE: 03 / 11 /2025

Reprovado ()

Oficio n° 251/2025/GabVer

PEDIDO DE (RE) INCLUSÃO NA PAUTA: _____ / _____ /2025

Reprovado ()

Reprovado ()

Reprovado ()

Rua Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2345 – Jd. Eldorado – Diamantino-MT – 78400-000
(65) 3336-1419 - www.diamantino.mt.leg.br



Projeto de Lei Legislativo nº 067/2025

**AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA
IPTU VERDE NO MUNICÍPIO DE
DIAMANTINO – MT**

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa IPTU Verde, com o objetivo de conceder desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos contribuintes que adotarem medidas de sustentabilidade ambiental em seus imóveis.

Art. 2º O desconto será concedido aos imóveis que comprovarem a instalação e funcionamento de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica.

Art. 3º Para obtenção do benefício, o contribuinte deverá apresentar:

- I – Projeto técnico da instalação do sistema solar;
- II – Comprovante de funcionamento e conexão à rede elétrica;
- III – Laudo de vistoria emitido por profissional habilitado ou órgão competente;
- IV – Requerimento formal junto à Secretaria Municipal de Finanças até o dia 30 de setembro do exercício anterior ao benefício.

Art. 4º O desconto será de até 20% sobre o valor do IPTU, conforme regulamentação da Prefeitura, podendo variar de acordo com o impacto ambiental positivo comprovado.

Art. 5º O benefício será concedido anualmente, mediante nova solicitação e comprovação da manutenção do sistema.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 31 de outubro de 2025.



Documento assinado digitalmente

GONÇALINA DA COSTA SOUZA

Data: 31/10/2025 21:14:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GONÇALINA DA COSTA SOUZA
Vereadora - PSD



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa instituir o Programa IPTU Verde no município de Diamantino, com o objetivo de incentivar práticas sustentáveis e promover a transição energética local. A instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica representa uma medida eficaz para reduzir o consumo de energia elétrica convencional, diminuir a emissão de gases de efeito estufa e valorizar imóveis ambientalmente responsáveis.

A energia solar é abundante em nossa região e sua utilização contribui diretamente para a preservação ambiental e para a economia dos cidadãos. Cidades como Guarulhos (SP), Salvador (BA) e Balneário Camboriú (SC) já adotam programas semelhantes, com resultados positivos tanto para o meio ambiente quanto para a arrecadação municipal.

Além disso, o incentivo por meio de desconto no IPTU é uma forma de reconhecer o esforço dos contribuintes que investem em tecnologias limpas e sustentáveis. O benefício proposto pode ser de até 20%, mediante comprovação técnica da instalação e funcionamento do sistema solar.

A proposta está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os de número 7 (energia limpa e acessível), 11 (cidades sustentáveis) e 13 (ação contra a mudança global do clima).

Solicitamos, portanto, o apoio dos nobres vereadores para aprovação deste projeto, que representa um avanço na política ambiental e tributária de Diamantino.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 31 de outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente

gov.br

GONÇALINA DA COSTA SOUZA

Data: 31/10/2025 21:13:40 -0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

GONÇALINA DA COSTA SOUZA
Vereadora - PSD



ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 095/2025

Assunto: PROJETO DE LEI Nº 067/2025

Autoria: VERª GONÇALINA DA COSTA SOUZA - PSD

Senhor Presidente,

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria da Verª Gonçalina da Costa Souza-PSD, que visa instituir no município de Diamantino/MT o programa “IPTU VERDE”, a fim de conceder um desconto de até 20% (vinte por cento) no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos contribuintes que instalarem e mantiverem sistemas de energia solar fotovoltaica em seus imóveis.

A justificativa apresentada para a propositura do projeto de lei foi a seguinte:

“A presente proposta visa instituir o Programa IPTU Verde no município de Diamantino, com o objetivo de incentivar práticas sustentáveis e promover a transição energética local. A instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica representa uma medida eficaz para reduzir o consumo de energia elétrica convencional, diminuir a emissão de gases de efeito estufa e valorizar imóveis ambientalmente responsáveis. A energia solar é abundante em nossa região e sua utilização contribui diretamente para a preservação ambiental e para a economia dos cidadãos. Cidades como Guarulhos (SP), Salvador (BA) e Balneário Camboriú (SC) já adotam programas semelhantes, com resultados positivos tanto para o meio ambiente quanto para a arrecadação municipal. Além disso, o incentivo por meio de desconto no IPTU é uma forma de reconhecer o esforço dos contribuintes que investem em tecnologias limpas e sustentáveis. O benefício proposto pode ser de até 20%, mediante comprovação técnica da instalação e funcionamento do sistema solar. A proposta está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os de número 7 (energia limpa e acessível), 11 (cidades sustentáveis) e 13 (ação contra a mudança global do clima). Solicitamos, portanto, o apoio dos nobres vereadores para aprovação deste projeto, que representa um avanço na política ambiental e tributária de Diamantino.”

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O PLL 067/2025 trata da concessão de desconto no valor do IPTU, para o contribuinte que comprovar a utilização de energia fotovoltaica. O IPTU, como se sabe, é um imposto de competência municipal (art. 156, I, da CF).



ASSESSORIA JURÍDICA

O projeto de lei, ao conceder um desconto de até 20% (vinte por cento) no IPTU, trata de matéria ligada ao direito tributário, implicando em clara renúncia de receita. Conforme a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal no Tema 682 ***“Inexiste, na Constituição Federal de 1988, reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedem renúncia fiscal.”***

Apesar de ser constitucionalmente viável do ponto de vista formal (iniciativa) e material (IPTU, matéria tributária, renúncia fiscal), há que se observar ainda o disposto no art. 113 do ADCT, onde “A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.”

Outrossim, no campo infraconstitucional, o art. 14 da LRF exige que a concessão de incentivos ou benefícios fiscais que resultem em renúncia de receita seja acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que deva entrar em vigor e os dois subsequentes, atenda ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

A) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

B) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Embora trate de renúncia de receita, o projeto não veio acompanhado da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro nem das condições alternativas exigidas pelo art. 14 da LRF, o que se recomenda seja providenciado.

3. CONCLUSÃO

Em razão do Exposto, opina-se pelo prosseguimento do processo legislativo referente ao Projeto de Lei nº 067/2025, de autoria da Vereadora Gonçalves da Costa Souza, **recomendando seja complementado o projeto com a estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro para o exercício em que deva entrar em vigor e os dois subsequentes; declaração de que atende ao disposto na LDO e a uma das condições alternativas (art. 14, I e II, LRF).**



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

ASSESSORIA JURÍDICA

Salienta-se que o Projeto de Lei em epígrafe deverá ser encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, para que seus membros elaborem os respectivos pareceres.

Por fim, ressalta-se que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Assessoria Jurídica, 01 de dezembro de 2025.

**ALINE SIMONY
STELLA**

Assinado de forma digital por
ALINE SIMONY STELLA
Dados: 2025.12.01 17:34:12
-04'00'

Aline Simony Stella - OAB/MT 16.673/O



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

OF. Nº 246/2025/GabVer

Diamantino, 05 de dezembro de 2025.

Excelentíssimo Senhor
Ranielli Patrick Arruda Lima
Presidente da Câmara Municipal

Assunto: Projeto de Lei Legislativo nº 067/2025 - Ementa: Solicita ao Poder Executivo Municipal a estimativa de impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei que institui o Programa “IPTU Verde”, bem como o envio de informações detalhadas e indicação das eventuais medidas de compensação a serem adotadas.

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, REQUER que envie ao Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda e demais órgãos competentes, que sejam encaminhados a esta Câmara Municipal, em prazo hábil, os seguintes estudos, demonstrativos e informações, relativos ao Projeto de Lei de minha autoria em tramitação nesta Casa Legislativa que:

“Institui o Programa IPTU Verde, com o objetivo de conceder desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos contribuintes que adotarem medidas de sustentabilidade ambiental em seus imóveis, especialmente a instalação e funcionamento de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica”, cuja cópia segue anexa.

I – Estimativa de impacto orçamentário-financeiro pelo Poder Executivo

Requer-se, que o Poder Executivo encaminhe a esta Casa a estimativa de impacto orçamentário-financeiro completa do Projeto de Lei do IPTU Verde, contendo, no mínimo:

1. Quadro consolidado da renúncia de receita de IPTU projetada para:
 - a) O primeiro exercício de vigência da lei;
 - b) Os 02 (dois) exercícios subsequentes;com base nos dados, cenários de adesão, percentuais de desconto e demais informações constantes dos itens seguintes deste requerimento.
2. Demonstração de que a renúncia de receita atende às exigências da legislação de responsabilidade fiscal, indicando, de forma expressa:
 - a) As medidas de compensação concretamente propostas;
 - b) A compatibilidade com as metas fiscais da LDO e do Anexo de Metas Fiscais;
 - c) Os reflexos projetados nos resultados primário e nominal do Município e no equilíbrio orçamentário global.
3. Memória de cálculo completa da estimativa de impacto, de forma a permitir a verificação pela Câmara Municipal, incluindo:
 - a) Premissas de crescimento da base de contribuintes beneficiados;
 - b) Critérios de cálculo do desconto sobre o valor do IPTU;



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

c) Metodologia utilizada para projeção da renúncia de receita e das medidas compensatórias.

II – Dados gerais da receita de IPTU

1. Demonstrativo da receita de IPTU lançada e arrecadada nos últimos 03 (três) exercícios, discriminando:
 - a) Receita de IPTU predial;
 - b) Receita de IPTU territorial;
 - c) Valores de isenções, anistias, remissões e demais renúncias eventualmente existentes;
 - d) Quantidade total de imóveis cadastrados sujeitos ao IPTU em cada exercício.
2. Informação sobre a previsão de receita de IPTU constante da LOA do exercício vigente e, se possível, as projeções constantes do PPA e da LDO.

III – Base cadastral e perfil dos imóveis

1. Quantidade de imóveis residenciais, comerciais, industriais e outros (conforme classificação do cadastro imobiliário), indicando:
 - a) Faixas de valor venal predominantes;
 - b) Média do valor anual de IPTU por faixa de valor venal;
 - c) Existência ou não de campo específico no cadastro para identificar imóveis com características sustentáveis.
2. Informação sobre eventual integração entre o cadastro imobiliário municipal e os dados da concessionária de energia elétrica, que permita identificar unidades consumidoras com geração distribuída fotovoltaica.

IV – Imóveis com energia solar fotovoltaica já instalada

1. Estimativa da quantidade de imóveis localizados no perímetro urbano que já possuem sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, com base em:
 - a) Registros de licenciamento de obras/instalações em órgãos municipais;
 - b) Informações eventualmente fornecidas pela concessionária de energia elétrica;
 - c) Outras bases de dados utilizadas pelo Município.
2. Sempre que possível, apresentar a quantidade estimada de imóveis com energia solar, segmentada por:
 - a) Tipo de imóvel (residencial, comercial, industrial etc.);
 - b) Faixa de valor venal;
 - c) Bairros ou regiões.

V – Projeções de adesão ao Programa IPTU Verde

1. Projeção estimada do número de imóveis que poderão requerer o benefício do IPTU Verde, considerando os critérios do Projeto de Lei, para:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

- a) O primeiro exercício de vigência da lei;
- b) Os 02 (dois) exercícios subsequentes.


VI – Medidas de compensação a serem adotadas

1. Informação clara e expressa sobre quais medidas de compensação o Poder Executivo entende adequadas para cumprir o disposto na legislação de responsabilidade fiscal, em especial quanto à renúncia de receita decorrente do Programa IPTU Verde, indicando:
 - a) Se a compensação será feita por meio de aumento de receita tributária ou de outra natureza, com detalhamento de quais tributos ou receitas poderão ter alíquota, base de cálculo ou efetividade ampliadas;
 - b) Se haverá redução de despesas permanentes, com especificação de quais dotações ou ações governamentais seriam ajustadas e em que montante;
 - c) Se a compensação se dará pela combinação de aumento de receita e redução de despesa, indicando a proporção e os valores estimados de cada medida.
2. Para cada medida de compensação, apresentar:
 - a) Estimativa de valor anual a ser obtido ou economizado;
 - b) Cronograma de implementação;
 - c) Memória de cálculo utilizada.
3. Manifestação quanto à compatibilidade da renúncia de receita e das medidas de compensação com:
 - a) As metas fiscais estabelecidas na LDO e no Anexo de Metas Fiscais;
 - b) As projeções de resultado primário e nominal;
 - c) O equilíbrio orçamentário global do Município.

Justificativa:

Considerando que as informações solicitadas são de posse do Poder Executivo, as informações, estudos e a própria estimativa de impacto orçamentário-financeiro são indispensáveis para que esta Câmara Municipal possa deliberar de forma técnica e responsável sobre o Projeto de Lei que institui o Programa IPTU Verde, assegurando o cumprimento da legislação de responsabilidade fiscal, a adequada avaliação da renúncia de receita e das medidas de compensação e a preservação do equilíbrio das contas públicas municipais.

Atenciosamente,


Gonçálves da Costa Souza
Vereadora/PSD
Município de Diamantino/MT



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

DATA: 11 / 12 / 2025

HORÁRIO: 15:02

RECEBIDO POR:
Betânia Santana M. da Silva
Assessoria Especial - Gabinete do Prefeito
DIAMANTINO - MT
Port. 006/2025

Ofício nº 130/2025/GAB-Presidência

Diamantino, 11 de dezembro de 2025.

A sua Excelência o Senhor

FRANCISCO FERREIRA MENDES JÚNIOR

Prefeito Municipal

Assunto: Ofício nº 246/2025/GabVer – Gonçalves da Costa Souza.

Senhor Prefeito,

Cumpre-me com o presente, encaminhar a Vossa Excelência o **Ofício nº 246/2025/GabVer** – requer informações para compor o Projeto de Lei nº 067/2025 de autoria Gonçalves da Costa Souza.

Aproveito o ensejo para renovar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente

OFÍCIO 1.056/2025/GAB

Diamantino/MT, 19 de dezembro de 2025.

À

Câmara Municipal de Diamantino

A/C Excelentíssimo Senhor Ranielli Patrick Arruda Lima
Presidente da Câmara Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROTOCOLO Nº 1572/2025
DATA DO RECEBIMENTO 19/12/25
HORA DO RECEBIMENTO 14:50
Ratier Prado

Assunto: Resposta ao Ofício nº 130/2025/GAB-Presidência.

Senhor Presidente,

Por meio do presente, encaminhamos as informações da Secretaria Municipal de Fazenda, referente ao solicitado no Ofício nº 246/2025/GabVer, onde requer informações para compor o Projeto de Lei nº 067/2025 de autoria da Vereadora Gonçalves da Costa Souza.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

FRANCISCO FERREIRA
MENDES
JUNIOR:39787435153

Assinado de forma digital por
FRANCISCO FERREIRA MENDES
JUNIOR:39787435153
Dados: 2025.12.19 10:44:23
-04'00'

FRANCISCO FERREIRA MENDES JÚNIOR
Prefeito Municipal



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

De: Secretaria Municipal de Fazenda

Para: Gabinete do Prefeito

Diamantino-MT, 18 de dezembro de 2025.

Resposta a CI n. 555/2025 GAB

Cumprimentando-a, através deste instrumento, em atenção a CI n. 555/2025/GAB, que trata sobre informações solicitadas pelo Poder Legislativo Municipal acerca do IPTU Verde venho esclarecer as situações, quais foram solicitadas a esta Secretaria Municipal de Fazenda.

Conforme consta do Ofício nº 246/2025/GabVer da Câmara Municipal fora solicitada diversas informações acerca de valores arrecadados e renúncia de receita do imposto supracitado.

Assim sendo, venho por meio deste esclarecer as situações solicitadas passíveis de apuração:

- 1) NÚMERO DE IMÓVEIS PREDIAIS: 6549;
- 2) NÚMERO DE IMÓVEIS TERRITORIAIS: 6361;

VALORES DE 2025:

- 1) VALORES DE ISENÇÕES: R\$ 192.400,99.
- 2) VALOR LANÇADO DO IPTU: R\$ 5.194.077,07
- 3) VALOR ARRECADADO: R\$ 2.794.213,32

VALORES DE 2024:

- 1) VALORES DE ISENÇÕES: R\$ 123.111,63
- 2) VALOR LANÇADO DO IPTU: R\$ 4.961.861,94
- 3) VALOR ARRECADADO: 2.887.886,09

VALORES DE 2023:

- 1) VALORES DE ISENÇÕES: R\$ 116.592,45
- 2) VALOR LANÇADO DO IPTU: R\$ 4.847.581,12
- 3) VALOR ARRECADADO: R\$ 2.691.134,24



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ademais, cabe mencionar que a Legislação Tributária Municipal, precisamente nos artigos 37 e 38 da Lei Complementar nº 40/2017 já concede até 40% (quarenta por cento) de descontos no IPTU:

Art. 37 - No caso de imóvel não edificado;

I - desconto de 10% (dez por cento), se o contribuinte comprovar que o terreno esteja murado e com passeio, na forma da lei;

II - desconto de 10% (dez por cento), se o contribuinte comprovar que o terreno esteja limpo, com vegetação rasteira ou frutífera, ou hortaliças ou gramado;

III - desconto de 10% (dez por cento), caso o proprietário possuir veículos e comprovar que esteja emplacado em Diamantino-MT.

§ 1º - Os descontos acima serão aplicados inclusive para pagamentos parcelados.

§ 2º - Para pagamento à vista em cota única, sem prejuízo dos descontos acima, o contribuinte terá abatimento de 10% (dez por cento).

Art. 38 - No caso de imóveis edificados residenciais ou comerciais;

I - desconto de 10% (dez por cento), se o contribuinte comprovar que o imóvel esteja murado e com passeio, na forma da lei;

II - desconto de 10% (dez por cento), se o contribuinte comprovar que no exercício anterior teve despesas com pintura da área externa da edificação;

III - desconto de 10% (dez por cento), caso o proprietário possuir veículos e comprovar que esteja emplacado em Diamantino-MT.

§ 1º - Os descontos acima serão aplicados inclusive para pagamentos parcelados.

§ 2º - Para pagamento à vista em cota única, sem prejuízo dos descontos acima, o contribuinte terá abatimento de 10% (dez por cento), na cota única.

Assim sendo verifica-se que já existem muitos descontos previstos na legislação, de modo que inviabiliza a concessão de mais benefícios, pois aumentando mais 20% (vinte por cento) de descontos, o município não conseguiria arcar com o déficit, pois não haveria forma de compensar com outros tributos.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Outrossim, verifica-se que mesmo contendo vários descontos, a inadimplência ainda é grande, de modo que se conceder mais benefícios a arrecadação do tributo supracitado cairá ainda mais.

Ademais, a concessão de mais descontos inviabilizaria o aumento da arrecadação, porquanto com a aprovação da reforma tributária, o ISSQN que é uma das maiores fontes de recursos municipais irá se extinguir, ocasião que irá diminuir a receita municipal.

Por fim, venho esclarecer que as demais informações, especificamente sobre o impacto financeiro, bem como o número de casas que possuem energia fotovoltaica, pois devem ser solicitadas junto a concessionária ENERGISA, tendo em vista que o Poder Público Municipal não detém números específicos sobre o tema.

Sem mais, fico à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos, bem como para renovar os votos de elevada consideração e estima.

Atenciosamente,

Solange Maria Silva

Secretária Municipal de Fazenda



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

OF. Nº 251/2025/GabVer

Diamantino, 22 de dezembro de 2025.

Excelentíssimo Senhor

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal

Assunto: Projeto de Lei nº 067/2025



Senhor Presidente,


Cumprimentando-o cordialmente a Vossa Excelência, venho por meio requer nos termos regimentais, que o Projeto de Lei, em análise Comissão de Constituição e Justiça e no Jurídico desta Casa, tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, com Parecer Jurídico com recomendações.

Diante dessas recomendações foi solicitado ao Poder Executivo as devidas informações, que encaminhou o Ofício nº 1056/2025/GAB, informando sobre a impossibilidade da concessão, pois o Município já contempla na Lei Complementar nº 040/2017, 40% de descontos no IPTU

Considerando as informações recebidas e após análise esta Vereadora requer a retirada do projeto de Lei em pauta.

Certos de sua atenção e sensibilidade, coloco-me à disposição para colaborar no que for necessário.

Atenciosamente,


Gonçalina da Costa Souza
Vereadora/PSD
Município de Diamantino/MT